

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 29 de maio de 2024 às 07h54
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Pirataria

Summit de Propriedade Intelectual anuncia agenda completa 3
NOTÍCIAS

O Globo | BR

29 de maio de 2024 | Pirataria

Compra de itens ilegais salta com e-commerce 4
ECONOMIA E NEGÓCIOS

29 de maio de 2024 | Pirataria

O desafio de combater o contrabando transnacional 5
ECONOMIA E NEGÓCIOS

O Globo Online | BR

29 de maio de 2024 | Pirataria | Biopirataria

Acordo global histórico vai ajudar a combater a biopirataria 7
ECONOMIA E NEGÓCIOS | AUTOR | CAROLINA NALIN

Radar Online - Veja.com | BR

Marco regulatório | INPI

A nova guerra da indústria farmacêutica no Congresso 9

Blog do Ancelmo Gois - Globo Online | RJ

Direitos Autorais

União Brasileira de Compositores bate recorde e distribui R\$ 791 milhões em 2023 10
BLOGS | AUTOR | NELSON LIMA NETO

Summit de Propriedade Intelectual anuncia agenda completa

NOTÍCIAS

Evento está em sua 34ª edição e será realizado em São Paulo

Na quarta-feira, 29 de maio de 2024, será realizada a 34ª edição do Summit de Propriedade Intelectual em São Paulo, Brasil, no Hotel JW Marriott. O evento é patrocinado pela LALIGA e pela Aliança Contra a **Pirataria** Audiovisual como Main Partners, pela SimpleTV como Gold Partner e pela Cervieri Monsuárez como Partner.

O tema desta edição será "A coordenação e cooperação no combate à **pirataria** digital". O evento começará com as palestras de Luiz Felipe Reboredo (Olé Distribution e Aliança do Brasil), David Oliva Terán (Cervieri Monsuárez - Bolívia) e Carlos del Campo (LALIGA). Seguem-se as apresentações de Guillermo Rodríguez (LALIGA) junto com José Ignacio Carrillo de Albornoz (LALIGA), bem como a exposição de Jorge Bacaloni (Aliança Contra a

Pirataria Audiovisual) e Artur Coimbra de Oliveira (ANATEL).

O evento terá um painel sobre a Operação 404, integrado por Quésia Pereira Cabral (Ministério da Justiça e Segurança Pública), Luiz Felipe Reboredo (Olé Distribution e Aliança do Brasil), Diogo Leuzinger (Globo), moderado por Edson Nakajima (LtaHub). "O Brasil é um exemplo na coordenação de ações entre a indústria e as autoridades a nível local e internacional. É importante entender como opera esta indústria, os empregos que gera a nível local e internacional, o marco legal, o uso de tecnologias e, com isso, chegar à conclusão de que devemos protegê-la", expressou Francisco Escutia, CEO da LAAPIP.

Website: <https://www.linkedin.com/company/laapip/>

ht-

Compra de itens ilegais salta com e-commerce

ECONOMIA E NEGÓCIOS

Entre 2019 e 2023, fatia de produtos falsificados comprados pela internet triplicou

comércio on-line alcançou R\$ 185,7 bilhões em receita em 2023, com base nos 395 milhões de pedidos feitos por 87,8 milhões de pessoas que recorreram a meios digitais para fazer suas compras. Essa cifra corresponde a 9,2% do total registrado pelo varejo, de acordo com Associação

Brasileira de Comércio Eletrônico (Abcomm). A expectativa é que, neste ano, o e-commerce tenha um salto de 10% no faturamento, para R\$204,3 bilhões, alcançando R\$ 277,8 bilhões em 2028.

Nem todos os produtos que circulam no ambiente digital, porém, são legalizados. No ano passado, 35% dos itens falsificados adquiridos por brasileiros foram comprados pela internet. Em 2019, esse percentual era de 10%, de acordo com dados da Associação Brasileira de Combate à **Falsificação** (ABCF). O setor mais prejudicado, segundo a entidade, é o de cigarros, com perdas anuais de R\$ 4 bilhões, decorrentes da comercialização de produtos irregulares.

ISENÇÃO PARA ATÉ US\$50

A isenção de cobrança de imposto de importação para compras internacionais de até US\$ 50 por brasileiros em plataformas de e-commerce é alvo de crítica. Ontem, a Câmara aprovou proposta de taxa de 20% para compras no exterior até US\$ 50.0 texto segue para o Senado.

Para Edson Vismona, presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), a isenção "abre as portas ao mercado ilegal".

Hoje, pelo programa Remessa Conforme, compras do exterior feitas em plataformas participantes, são isentas de impostos federais e taxadas só pelo ICMS, com alíquota de 17%, arrecadado pelos estados. O imposto de importação federal, de 60%, incide sobre remessas acima desse valor.

A entrada de **produtos** piratas está no radar da Receita Federal. No fim de abril, o Fisco anunciou que vai adotar medidas para impedir a importação de remessas que contenham produtos falsificados, em nova etapa do programa. A ideia é entender quais são os padrões técnicos exigidos pela indústria e aplicá-los às importações. Para isso, a Receita mantém diálogo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**) e o Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

Semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a afirmar que po-

deria vetar a retomada da taxa de remessas de até US\$ 50. As atenções se voltaram então para os debates do projeto que propõe a implementação do Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), que inclui a retorno da cobrança do imposto de importação sobre as remessas.

Andrey Corrêa, secretário executivo do **Conselho** Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), disse que o governo investe na repressão à **pirataria**:

- A gente acredita em repressão, sobretudo no mercado eletrônico. Não só em plataformas de e-commerce, mas em redes sociais, que hoje em dia se tornaram verdadeiros mercados. É preciso conscientizar a população. E identificar os cabeças dessas organizações.

O desafio de combater o contrabando transnacional

ECONOMIA E NEGÓCIOS

Monitorar fronteiras, identificar e punir falsificadores internacionais vai exigir esforço integrado de países

Combater a ilegalidade tem sido um árduo desafio não apenas para o Brasil. Países desenvolvidos e emergentes tecem diferentes estratégias para reduzir o peso do mercado ilícito nas suas economias, mas não é uma tarefa fácil. Os níveis de sofisticação e complexidade dos crimes são cada vez maiores num ambiente globalizado e que hoje colhe os efeitos do boom do comércio eletrônico na pandemia. Para especialistas, parte das soluções passa por ações de inteligência integradas entre os países. Em outra frente, o fortalecimento da indústria nacional também é visto como um dos caminhos para desestimular a entrada de produtos estrangeiros irregulares, avaliam especialistas.

No caso brasileiro, que tem países como Paraguai e China como dois grandes parceiros comerciais, um dos principais desafios é coibir a entrada de produtos falsificados e contrabandeados que concorrem diretamente com marcas e empresas já estabelecidas no país.

- Tem uma triangulação de produtos vindos de outros mercados para ingressar pelo Paraguai, então atuamos nesse sentido de buscar a cooperação (entre países) e fortalecer o nosso sistema de proteção no território nacional - contou Andrey Corrêa, secretário executivo do **Conselho** Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a **Propriedade** Intelectual (CNCP).

RISCO DA INTERNET

O mercado ilegal acompanhou o boom do comércio eletrônico durante a pandemia, lembrou Edson Vismona, presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco). É fenômeno que impactou o Brasil em diferentes segmentos, do ves-

tuário ao setor de bebidas, disse ele:

- Há uma outra dimensão, que nós não tínhamos, que é a oferta digital. Essa é uma grande fonte de oferta de produtos ilegais e contrabandeados por empresas multinacionais. Elas defendem o compliance (conformidade com a lei), mas aceitam o comércio ilícito feito nas suas plataformas - afirmou Vismona, ao ressaltar a importância da indústria nacional na geração de empregos e citar prejuízos à economia local diante da entrada de produtos importados sem o devido pagamento de impostos.

- Desperdiçamos nosso mercado e atrapalhamos a cadeia produtiva local complementou.

As indústrias de cigarro e bebidas também são duramente afetadas pelo comércio ilícito, cujos avanços são combatidos há décadas pelos países. Corrêa, do CNCP, lembrou que estes são segmentos com forte caráter transnacional, o que dificulta ainda mais o combate ao mercado bilionário do contrabando e da **falsificação**.

Cada país tem sua realidade, frisou o secretário, mas representantes das nações lançam mão da troca de tecnologias, informações, estratégias e fomentam ações conjuntas para conter o avanço do bilionário mercado de cigarros. Foi o que ocorreu num comitê de observância na ONU, que reuniu em fevereiro as forças

de segurança de diferentes países para discutir formas de repressão ao mercado ilegal, contou Corrêa.

Segundo ele, a indústria ilegal de tabaco se tomou um problema global. Parte do problema está no cigarro falsificado ou contrabandeado do Paraguai e que encontra mercados no mundo inteiro. As autoridades europeias enfrentam hoje dificuldade para se antecipar aos criminosos, segundo Corrêa:

Continuação: O desafio de combater o contrabando transnacional

- Quando se descobre uma forma desse produto entrar, já estão se criando outras rotas. Se um porto cria controles mais avançados, eles vão para um porto que não tem esses mecanismos. Outros países sofrem com essa situação, no Caribe e na América Latina. É um problema global.

No Brasil, que faz fronteira com o Paraguai, os desafios são outros. Há cigarros de marcas paraguaias produzidos no Brasil, mas que utilizam força de trabalho do país vizinho em regime análogo à escravidão, destacou Corrêa.

A diferença na tributação é outro estímulo à venda ilegal, disse Vismona, da Etcó:

- No Paraguai, eles pagam 13% de tributos. Aqui, eles pagam 70%. Aí está a lógica: eles têm um lucro brutal vendendo cigarros paraguaios no Brasil com rotas variadas, não só da Tríplice Fronteira, mas pelas Guianas, pelo Norte apontou ele - Éssa é a sofisticação do comércio ilegal: eles vão penetrando e tomando conta do mercado de todas as formas possíveis. Essa é a dimensão do grande desafio que temos que enfrentar.

BEBIDA DA VEZ NO ALVO

No caso do setor de bebidas alcoólicas, a dificuldade de o consumidor atestar a originalidade de um produto se modifica a cada ano que passa. Isso porque, explicou Cristiane Foja, presidente executiva da Associação Brasileira de Bebidas (Abrabe), as estratégias sobre quais rótulos serão adulterados, falsificados ou contrabandeados mudam conforme o hábito do consumidor.

- As bebidas mais falsificadas são as mais desejadas nos momentos de celebração. São aquelas que, naquela época do ano ou mês, estão sendo mais noticiadas ou desejadas pelos consumidores. É quando os forjadores veem oportunidades de lucrar em cima desse desejo.

Cristiane acrescentou:

- A gente vem encontrando cada vez mais espumantes falsificados, o que é difícil até mesmo de vedar, é um processo mais complexo. E por quê? Porque o espumante no Brasil ganhou evidência, caiu no gosto dos brasileiros.

São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde se tem a maior incidência de eventos, são hoje, respectivamente, os estados que trazem maiores números de bebidas falsificadas apreendidas, segundo a Abrabe. Ainda assim, o consumidor não pode se iludir achando que existe apenas uma localidade ou uma categoria de bebida alcoólica mais falsificada que outras.

Para Corrêa, o comércio ilegal de cigarro e bebidas tem forte apelo transnacional, o que exige soluções integradas.

- O Brasil não vai conseguir resolver esse problema sozinho, assim como nenhum país conseguiu. Por isso temos trabalhado nessa rede - explicou ele. - É um cenário de complexidade altíssima e são redes de criminosos que atuam aqui e atuam lá. Temos que trabalhar conjuntamente.

—

"O Brasil não vai conseguir resolver esse problema sozinho, nenhum país conseguiu"

Andrey Corrêa, secretário executivo do CNCP

"As bebidas mais falsificadas são aquelas que, naquela época do ano, estão sendo mais desejadas pelos consumidores"

Cristiane Foja, presidente executiva da Abrabe

Acordo global histórico vai ajudar a combater a biopirataria

ECONOMIA E NEGÓCIOS



Tratado obriga indústria a declarar **recursos** genéticos e conhecimentos tradicionais usados em um projeto para **registro** de patente

Como declarar o Imposto de Renda 2024? Veja como preencher a declaração Após 25 anos de negociação, a aprovação histórica do acordo sobre propriedade intelectual marca um novo capítulo no combate à **biopirataria** no mundo. O tratado, assinado por mais de 190 países na Organização das Nações Unidas (ONU) no último dia 24, torna obrigatório que toda e qualquer indústria declare a origem de recursos envolvidos no trabalho para registro de uma **patente**.

Nesse sentido, o tratado coíbe a exploração de **recursos** genéticos e de conhecimentos tradicionais dos povos indígenas de forma ilegal, por exemplo. Para Andrey Corrêa, secretário executivo do **Conselho** de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP), a assinatura do acordo dá início a uma nova fase na comercialização de recursos naturais e deve ajudar a evitar fraudes.

- Isso garantirá, não só ao Brasil, mas a todos os países, terem salvaguardado o direito reconhecido de que aquela inovação ou produto veio de determinado lugar. Ao mesmo tempo, garante um grau de estabilização desse tema no cenário internacional que a gente não tinha - explicou ele, que participou da live

direto de Genebra, na Suíça, onde estavam reunidos os países membros da **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

Corrêa foi um dos participantes, no último dia 24, da live "Os prejuízos do mercado ilícito na economia do país", do projeto Caminhos do Brasil, iniciativa dos jornais O Globo e Valor Econômico e da Rádio CBN, com o patrocínio do Sistema Comércio, através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações.

Conheça o Banco de Sementes do Milênio - maior banco de sementes do mundo 1 de 6

Dentro de cofres congelados, à prova de bombas, sob o interior da Inglaterra, esconde-se um tesouro de mais de 40 mil espécies de sementes de plantas selvagens de quase todo o mundo, muitos dos quais em risco de extinção - Foto: Ben Stansall / AFP 2 de 6

As sementes são armazenadas a uma temperatura de -18 graus Celsius no Kew Millennium Seed Bank, em Londres. - Foto: Ben Stansall / AFP X de 6 Publicidade 6 fotos 3 de 6

O líder sênior de pesquisa, Dr. John Dickie, examina as sementes armazenadas no Kew Millennium Seed Bank - Foto: Ben Stansall / AFP 4 de 6

Dentro de cofres congelados à prova de bomba sob o interior da Inglaterra, esconde-se um tesouro de 40.000 espécies de sementes de plantas selvagens de cerca de do mundo, muitos dos quais estão em perigo de desaparecer. - Foto: Ben Stansall / AFP X de 6 Publicidade 5 de 6

O maior banco de sementes do mundo, localizado na tranquila zona rural ao sul de Londres, está em uma corrida contra o tempo porque duas em cada cinco espécies de plantas estão ameaçadas de extinção, se-

gundo cientistas. - Foto: Ben Stansall / AFP 6 de 6

A maior coleção de sementes corresponde à família das orquídeas. Há também plantas raras, como o menor lírio d'água do mundo ou a *Deschampsia antarctica*, também conhecida como grama antártica, uma das duas plantas com flores nativas do Polo Sul. - Foto: Ben Stansall / AFP X de 6 Publicidade Cerca de 2,5 bilhões de sementes são armazenadas no Banco, localizado no sul de Londres. O local é à prova de bombas, radiação e desastres naturais.

Protagonismo do Brasil O Brasil participou ativamente da discussão, já que a conferência diplomática que chegou ao acordo foi presidida pelo país, contou Corrêa:

- Estamos felizes com esse tratado. Conseguimos comportar tanto interesses dos países mais desenvolvidos quanto dos em desenvolvimento.

Continuação: Acordo global histórico vai ajudar a combater a biopirataria

A transparência exigida pelo tratado deve reforçar a implementação do Protocolo de Nagoya, que prevê que as pessoas que fornecem **recursos** genéticos e conhecimentos tradicionais usufruam de benefícios, não necessariamente monetários, por sua utilização.

Segundo a ONU, os **recursos** genéticos são cada vez mais utilizados em invenções e pesquisas, como as relacionadas a sementes e medicamentos, que permitiram avanços na saúde, no clima ou na segurança alimentar.

Mais de 30 países já exigem a divulgação destas informações, em sua maioria nações em desenvolvimento, como China, Brasil, Índia ou África do Sul, mas também europeus como França e Suíça. As regras, porém, variam e nem sempre são obrigatórias.

A nova guerra da indústria farmacêutica no Congresso



Proliferação de projetos de lei para alterar a Lei de Propriedade Industrial acendeu um sinal de alerta

A proliferação de projetos de lei no para alterar a Lei de Propriedade Industrial acendeu um sinal de alerta na indústria farmacêutica nacional.

Caso avancem, o pode voltar a ter prazos mais longos para o vencimento de patentes de medicamentos, trazendo insegurança jurídica, prejuízos à saúde pública e atrasos nos investimentos nacionais. Há três anos, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade da extensão do prazo de patentes de medicamentos para além de 20 anos, conforme previsto na lei.

Um exemplo das iniciativas que avançam no é o PL 2210/2022, que permite à empresa que solicitar patente efetuar alterações no pedido até o início do exame técnico pelo **INPI**. Segundo Adriana Diaféria, vice-presidente do Grupo Farma, que representa 12

indústrias farmacêuticas nacionais, na prática, os laboratórios estrangeiros podem usar desse artifício para atrasar a análise pelo **INPI** e conseguir mais tempo de exclusividade na comercialização do medicamento.

"A medida pode comprometer a política de genéricos, fundamental para expandir o acesso da população a tratamentos de saúde e com custo menor, além de ser um retrocesso em relação à decisão do STF", afirma Diaféria.

União Brasileira de Compositores bate recorde e distribui R\$ 791 milhões em 2023

BLOGS



nificativa da rubrica de usuários gerais e uma distribuição recorde para a UBC e seus mais de 60 mil titulares nacionais, além de quase 200 mil internacionais", ressalta Marcelo Castello Branco, diretor executivo da UBC.

UBC está entre as sete sociedades autorais que integram o Ecad

O último ano foi marcado por recordes na gestão coletiva de **direitos** autorais musicais, tendo os segmentos "Shows, Digital, Rádio, Cinema e Usuários Gerais" como o grande motor. É o que mostra a nova edição do Relatório Anual da União Brasileira de Compositores (UBC).

Principal sociedade de gestão coletiva musical nacional, a UBC distribuiu cerca de 57% de montante das sete sociedades autorais que integram o Ecad. Foram R\$ 791 milhões somando-se **direitos** autorais (83% do total) e conexos (17% do total).

"O ano de 2023 foi intenso, de explosão de eventos pós-pandemia, com uma recuperação muito sig-

Índice remissivo de assuntos

Pirataria

3, 4, 5, 7

Propriedade Intelectual

5, 7

Pirataria | Biopirataria

7

Patentes

7

Entidades

7

Marco regulatório | INPI

9

Direitos Autorais

10